

Sábado

Teresina, 29 de agosto de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIAR DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514


Não esqueça de se identificar.



PRESIDENTE do TCE-PI, conselheiro Luciano Nunes, entrega medalha a Washington Bonfim, em solenidade no órgão

Presidente do TCE faz alerta a prefeitos

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), conselheiro Luciano Nunes, fez ontem um alerta aos prefeitos municipais da administração pública. "Quem usa o setor público para prática de desvio de recursos vai sempre correr um grande risco. Cargo não é um negócio. É uma missão. Se ele quer ganhar dinheiro, que vá ser jogador de futebol, médico, advogado; não gestor público", afirmou o conselheiro antes da sessão solene para a comemoração dos 116 anos do TCE, com a entrega de medalhas a personalidades.

 **PÁGINA 4**

TCE aperfeiçoa fiscalização da gestão, diz Luciano Nunes

O presidente do TCE-PI, Luciano Nunes, disse ontem que está cada vez mais difícil ser gestor público.

LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), conselheiro Luciano Nunes Santos, fez ontem um alerta aos prefeitos municipais da administração pública. "Quem usa o setor público para prática de desvio de recursos vai sempre correr um grande risco. Cargo não é um negócio. É uma missão. Se ele quer ganhar dinheiro, que vá ser jogador de futebol, médico, advogado", afirmou o conselheiro pouco antes da ses-



Foto Ascom TCE-PI

A SOLENIDADE de comemoração dos 116 anos do Tribunal de Contas do Estado, ontem, reuniu várias autoridades

são solene de comemoração dos 116 anos do Tribunal de Contas do Estado.

A solenidade reuniu diversas autoridades, como a vice-governadora Margarete Coelho. Ao comentar a manifestação dos prefeitos municipais em protesto contra a crise financeira dos municípios, realizada anteontem em Teresina, Luciano disse que reconhece que vários prefeitos têm dificuldades econômicas. "Hoje ter um mandato é um sacrifício. Eu não gostaria de ser prefeito de nenhum município... Vai ser sempre uma gestão no sacrifício. Administrar está cada vez mais difícil", ressaltou. Os prefeitos pediram que o TCE-PI flexibilize a aplicação de multas por alguma irregularidade devido a situação econômica.

Luciano disse que ser prefeito hoje não é um bom negócio. O aperfeiçoamento da fiscalização por parte dos órgãos de controle externo contribui para coibir abusos. "Hoje, 90% dos

prefeitos saem de seus mandatos pobres e respondendo a processos administrativos. Têm que pagar multas, várias ações judiciais. E acabam optando: ou têm o que comer ou pagam essas multas. Por isso, ficam pobres", disse Luciano Nunes. De acordo com o presidente, ao longo dos anos, o Tribunal vem aprimorando seu trabalho de fiscalização e prevenção de desvio dos recursos públicos, para evitar que o dinheiro do contribuinte seja usado indevidamente.

Para isso, investiu em tecnologia da informação, criando me-

canismos que permitem o acompanhamento simultâneo das licitações, contratações e realizações de obras pelo poder público. O cidadão comum também é estimulado a acompanhar e fiscalizar o poder público. O Tribunal de Contas completou 116 anos com uma sessão solene onde foram homenageadas 12 personalidades com a medalha Colar do Mérito, concedida às pessoas e entidades que tenham contribuído, de alguma forma, para a causa do controle externo. Na ocasião ainda houve o lançamento da 19ª edição da

Revista do TCE.

Os homenageados foram o conselheiro aposentado Anfrísio Lobão Castelo Branco, ex-conselheiro Antônio de Barros Araújo (in memoriam), o superintendente da Receita Estadual Antônio Luís Soares Santos, Antônio de Moura Borges, o deputado Fábio Xavier, advogado Joaquim Almeida, promotores de Justiça Leida Diniz e Ubiraci Rocha, Raimundo Álvares Rocha, maestro Aurélio Melo, a servidora da casa Valdira Soares e o secretário municipal de Planejamento de Teresina, Washington Bonfim.

TCE disponibiliza sistema para consulta de processos on line

A partir de segunda-feira, 1º de setembro, o cidadão poderá acompanhar na internet o conteúdo dos processos do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), bastando para isso acessar o site do TCE (www.tce.pi.gov.br) e clicar no quadro "pesquisa de processo" localizado do lado esquerdo da página principal. Munido do número do protocolo, o interessado terá acesso a todas as fases do processo simultaneamente ao seu andamento no Tribunal.

O sistema visa aproximar a sociedade da fiscalização da gestão pública e a prevenção dos desvios de recursos públicos. Para o presidente do Tribunal de Contas, Luciano Nunes, a nova ferramenta representa mais comodidade para os interessados

e uma enorme economia de tempo e de papel. "O Tribunal de Contas, nos últimos anos, tem avançado no sentido de ampliar sua transparência e o incentivo à participação da sociedade. Este sistema é um sinal dos novos ventos de modernização e agilidade que sopram neste tribunal", frisou.

Estarão disponíveis para consultas as prestações de contas estaduais e municipais, denúncias, recursos, consultas, processos de aposentadoria e admissão, entre outros. No portal do TCE, é possível ver como os gestores públicos estão administrando o Erário, por meio dos links Obras Web, Licitações Web e RH Web. (LC)

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

Luciano Nunes

"90% dos prefeitos estão pobres"

Segundo o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Luciano Nunes, "90% dos prefeitos dos municípios do Piauí estão liquidados ao deixarem os cargos". Segundo

conselheiro, os gestores deixam as prefeituras endividadas, com multas a pagar e pobres. "Toda gestão municipal é sacrificada", diz conselheiro.

Pág. 02



"Quando as contas [dos prefeitos] são julgadas, ele já saiu do mandato. Via de regra, eles estão liquidados, mortos respondendo a processos e pobres", afirma presidente do TCE, conselheiro Luciano Nunes



Foto: Elias Gonçalves/Diá

Presidente do TCE, Luciano Nunes, demonstrou entender as dificuldades dos Prefeitos em administrarem os municípios

"90% dos prefeitos estão pobres e com dívidas"

Segundo o presidente do TCE, a maioria dos gestores acabam se endividando ao assumirem prefeituras

Robert Pedrosa
Repórter

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Luciano Nunes, disse ontem que, via de regra "90% dos prefeitos dos municípios do Piauí estão liquidados ao deixarem os cargos". Segundo conselheiro, os gestores deixam as prefeituras endividados, com multas a pagar e pobres. "Quando chega a multa ele faz a opção

entre pagar ou comer", comentou o presidente, pouco antes da solenidade dos 116 anos do TCE-PI.

"Quando as contas [dos prefeitos] são julgadas, ele já saiu do mandato. Via de regra, eles estão liquidados, mortos, respondendo a processos e pobres. Toda gestão municipal é sacrificada, às vezes ela facilita muito a irresponsabilidade, porque o cara se vê diante de tanta dificuldade que

ele termina achando que o mais cômodo é ser irresponsável, muito embora ele pague uma conta muito alta lá na frente", disse o conselheiro, referindo-se às multas que são aplicadas contra os prefeitos após terem suas contas reprovadas pelo TCE.

Luciano Nunes demonstrou entender as dificuldades dos prefeitos, que estão sofrendo uma grave crise financeira nos municípios devido às quedas constantes de repasses

de recursos federais e, ao mesmo, aumento nas despesas.

"O problema é que tudo que se faz a nível de Brasil, para se criar bondade, no sentido de amenizar a crise, reflete diretamente na prefeitura. As vendas caem, os impostos recolhidos caem, os repasses federais caem, e consequentemente as prefeituras pobres, como a do Piauí, isso reflete [no município]", concluiu o presidente do TCE.

Assembleia discute redução de multas a prefeitos; valores chegam a até R\$ 30 mil

A Assembleia Legislativa do Piauí vai discutir na próxima semana a possibilidade da redução das multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) aos prefeitos piauienses que cometem irregularidades. A reunião foi provocada pela Associação Piauiense de Municípios (APPM) e será coordenada pela Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação.

A presidente da

comissão, deputada Lizíe Coelho, concorda com os prefeitos. "Não sou contra as multas, mas essas multas têm que ser pelo menos de alguma forma que o prefeito possa pagar, porque é a pessoa física que vai pagar. E que não sejam muito caras", afirma a parlamentar.

Segundo O DIA apurou junto ao presidente da APPM, Arinaldo Leal, há casos de prefeitos que chegaram a pagar R\$ 30 mil em multas. "A gente quer

a máxima redução possível. Mas nós achamos prudente que as falhas [dos prefeitos] realmente sejam punidas", diz Arinaldo, prefeito de Villa Nova do Piauí.

Além da redução, a reunião vai discutir também a destinação das multas. A ideia é que parte do valor arrecadado seja direcionado a um fundo que aplique na capacitação dos gestores e equipe técnica das prefeituras. Lizíe justifica que a maioria

das multas sofridas pelos prefeitos são decorrentes da falta de conhecimento. "Tem muitas normas do TCE que não são conhecidas", diz a deputada.

Atualmente, o dinheiro oriundo das multas é utilizado para a modernização do TCE, mas Arinaldo acha injusto e quer que o recurso seja usado principalmente para capacitar os servidores das prefeituras que foram punidas.

(Robert Pedrosa)

TCE tem incentivado população a denunciar

O conselheiro Olavo Rebelo disse ontem, durante solenidade dos 116 anos do TCE, que o órgão tem cada vez mais incentivado a participação da população em denunciar irregularidades praticadas por gestores no interior do Piauí.

"O TCE está mais capacitado e tem voltado mais sua ação para o interior. Nós temos levado ao interior, principalmente as cidades polo, integrantes do TCE que realizam seminários onde preparamos os gestores e realizamos capacitação. Antes de punir, o TCE orienta, capacita. Depois é que instigar os controladores sociais, como vereadores, oposição, radialistas, e a população a denunciar práticas de irregularidades", disse o conselheiro.



Conselheiro Olavo Rebelo diz que o TCE tem voltado suas atenções para fiscalização no interior

Sobre a redução das multas, Olavo Rebelo acha razoável se discutir o assunto, pois atualmente

os prefeitos enfrentam forte crise para administrar o município. "O que não pode é impedir o TCE

de cumprir o seu papel, que é analisar as contas dos gestores", comentou.

(Robert Pedrosa)

→ **Sábado**

TERESINA | ANO XX
29 08 2015 | Nº 8436

meionorte.com

FECHAMENTO	DÓLAR	VALORES	EURO	TEMPO
21h30	Compra 3,583 Venda 3,585	Poupança 0,68% INSS 20% IR 15%	Compra 4,002 Venda 4,006	Nascente 5h52 Poente 17h52 Máxima 39° Mínima 24°
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50	Comercial 3,560 Turismo 3,780			
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00				



meionorte

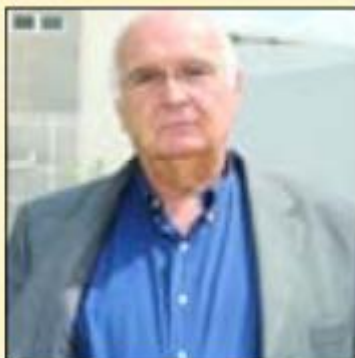
criticasesugestoes@meionorte.com

TERESINA (PI), CAPITAL DO MEIO-NORTE DO BRASIL



EXEMPLO

● Ontem o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Luciano Nunes, disse que 90% dos prefeitos piauienses estão liquidados com dívidas. Melhor seria promover os 10% que são exemplo e mostram que o sucesso na administração pública é uma questão de prioridade de gestão e não algo impossível.



Clipping Tribunal de Contas do Estado do Piauí – Domingo, 30 de agosto de 2015

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O DIA

Roda Viva

Da equipe
jornal@portalodia.com

TCE tem que elogiar os 10%

O Tribunal de Contas do Estado anunciou na última sexta-feira (28) que 90% dos prefeitos saem dos mandatos liquidados. Logo, existem 10% que cumprem seus mandatos com mais responsabilidade e são estes que devem ser utilizados pelo Tribunal de Contas do Estado como parâmetros para a administração pública municipal. É errado achar que porque “90% estão liquidados” é preciso livrá-los de multas ou amenizar as punições por irregularidades, até porque se os prefeitos ficam liquidados, pode ter certeza que a população pobre dos municípios do interior piauiense, ficam em situação ainda pior. Além disso, por mais que o TCE e outros órgãos de fiscalização aprovem resoluções e mudem a legislação constantemente, basta uma simples pesquisas para observar que prefeituras possuem altos contratos de assessoria e consultoria com escritórios de contabilidade e advocacia.

Segunda-feira

Teresina, 31 de agosto de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



WhatsApp

(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ COMBATE À CORRUPÇÃO

TCE-PI e Segurança acertam parceria

O Tribunal de Contas do Estado firmou convênio com a Secretaria de Segurança Pública com o objetivo do intercâmbio de informações na apuração de irregularidades nos órgãos e prefeituras com o fim de combater a corrupção. O presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Nunes, admitiu que o convênio de cooperação poderá agilizar as prisões de gestores corruptos no Estado. Isso porque, segundo o presidente, as informações fluirão de forma mais ágil ajudando a desburocratizar o processo.

O termo permite a troca de informações, dados e documentos, constantes nos sistemas e

bancos de dados do Tribunal de Contas sobre as prestações de contas dos municípios e órgãos do Estado. A Secretaria de Segurança disponibilizará ao TCE-PI, as apurações realizadas nestes órgãos, fortalecendo a rede de controle.

Luciano Nunes destacou a atuação para combater a corrupção contando com parcerias de várias instituições. “Não gosto de usar ladrão, mas é fato que existe muito gestor que desvia dinheiro público. É corrupto. Quando a informação flui, quando é maior a velocidade da troca de informações, é também maior a velocidade do processo. Em convênios como

este há uma confluência de informações, desburocratizando o processo e fazendo os órgãos ganharem tempo”, argumentou o conselheiro.

O presidente do TCE disse que o espaço da corrupção está diminuindo no Brasil. “Tem a integração dos órgãos e apuração está muito mais célere. A corrupção toma o espaço da cidadania, e o cidadão, para sobreviver, tem de pular para a corrupção. Nos países mais desenvolvidos não é assim. O que acontece é que se reduz a corrupção e aumenta o espaço da cidadania”, afirmou.

Ele disse que precisa que os julgamentos dos gestores acon-

teçam concomitantes com os mandatos. “Os julgamentos têm de ser mais ágeis e atuais. Para isso, precisamos de meios. O tribunal é pequeno, tem estrutura física boa. Mas veja só, o tribunal do Paraná recebe em dois meses o que recebemos em um ano. Nós temos hoje o menor custo per capita do país”, afirmou o conselheiro.

Para potencializar a atuação do TCE-PI, Luciano Nunes conta com parcerias com o Ministério Público, a Polícia Civil e as Controladorias. “A ideia é que em cada comarca haja um estagiário treinado para prestar, de forma mais ágil, informações para o tribunal”, finalizou.

Licitações

O secretário de Segurança Fábio Abreu (*foto*) firmou parceria com o TCE-PI para combater a corrupção no setor piauiense. Não deve negligenciar o terreno pantanoso das licitações viciadas ou a farta distribuição de propinas em troca da omissão daqueles que deveriam investigar.



Autoridades marcaram presença - 28/08/2015 às 12h48

TCE-PI homenageia personalidades com medalha colar do mérito. Fotos

Cerimônia aconteceu no auditório do TCE e homenageou autoridades do Piauí e outros nomes importantes



Aconteceu nesta sexta-feira (28/08) a solenidade da entrega da Medalha Colar do Mérito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. A cerimônia aconteceu no auditório do TCE e homenageou autoridades do Piauí e outros nomes importantes para a história do Tribunal, todos com importante contribuição no trabalho de transparência e controle externo, sendo ou não servidor do tribunal. A solenidade faz parte das comemorações dos 116 anos do tribunal, o primeiro do país.



Dentre os homenageados estão o Superintendente da Receita Estadual, Antonio Luiz Santos, o secretário municipal de planejamento Washington Bonfim, o deputado estadual e atual secretário de Cidades Fábio Xavier, os promotores Ubiraci Rocha e Leida Diniz, o maestro Aurélio Melo, entre outros nomes. Também estiveram presentes o secretário de administração do estado, Franzé Silva, deputados estaduais e a vice-governadora do estado Margarete Coelho.

O superintendente da receita estadual Antonio Luiz Santos disse, antes da solenidade, ser uma honra receber o mérito de um órgão tão importante. "É

uma honra para qualquer servidor público, para qualquer pessoa receber a medalha do TCE, que é um órgão que fiscaliza o governo, prefeituras, os poderes. Então se você ganha uma medalha dessa, você está sendo premiado como gestor público. Para mim é uma honra fantástica", afirmou.



O deputado Fábio Xavier falou do privilégio que é receber um prêmio de um órgão como o TCE e que se sentia envaidecido pela honraria. "Para nós é um privilégio estar sendo reconhecido pelo TCE, um órgão importante, que é essencial para que os aparelhos públicos funcionem dentro da normalidade e da regularidade. Me sinto muito envaidecido e vou fazer de tudo para honrar a confiança do conselheiro que me indicou para essa homenagem".



Bastante animado com a solenidade, Washington Bonfim, secretário municipal de planejamento, disse que se sentia honrado por receber a medalha colar do mérito. "É uma alegria, uma emoção muito grande. Na realidade um reconhecimento da corte de contas tem significação pessoal enorme. É uma das melhores coisas que já aconteceram para mim", disse o secretário.



A solenidade teve abertura com o pronunciamento do presidente do TCE-PI, Luciano Nunes, que aproveitou para falar sobre o reconhecimento que o tribunal possui em todo o país e do papel fiscalizador que o órgão cumpre. "O homem público tem que ser um missionário, não um oportunista. Muito menos um comerciante. Precisamos aproveitar a crise para crescermos nela, não em bens, mas em amadurecimento", citou ele, se referindo ao aumento na divulgação dos atos públicos.

Os homenageados foram chamados por ordem alfabética para receber a medalha colar. O primeiro foi o conselheiro Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco, seguido pela homenagem in memoriam do conselheiro Antonio de Barros Araújo.

Dando seguimento, os próximos homenageados foram o superintendente da Fazenda, Antonio Luiz, o procurador da Fazenda Nacional, Antônio de Moura Borges; o deputado Fabio Xavier; o advogado Joaquim Barbosa; a promotora de Justiça Leida Maria de Oliveira Diniz; o servidor efetivo do TCE Raimundo Alvares da Rocha; o maestro Raimundo Aurélio Melo; o promotor de Justiça Ubiraci de Sousa Rocha; a servidora Valdira Soares e Soares e o secretário de Planejamento Washington Bonfim.



Para mais comodidade - 26/09/2015 às 14h59

TCE disponibiliza sistema para consulta de processos on-line

A nova ferramenta representa mais comodidade para os interessados



A partir de 1º de setembro, o cidadão poderá acompanhar o conteúdo dos processos do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). O sistema visa aproximar a sociedade da fiscalização da gestão pública e prevenção dos desvios de recursos públicos.

Para acessar o sistema, basta clicar no quadro "pesquisa de processo" localizado do lado esquerdo da página (www.tce.pi.gov.br), munido do número do protocolo. O cidadão terá acesso a todos as fases do processo simultaneamente ao seu andamento no Tribunal.

Para o presidente do Tribunal de Contas, Luciano Nunes, a nova ferramenta representa mais comodidade para os interessados e uma enorme economia de tempo e de papel. "Sinal dos novos ventos de modernização e agilidade que sopram neste tribunal", frisou.

Estarão disponíveis para consultas as prestações de contas estaduais e municipais, denúncias, recursos, consultas, processos de aposentadoria e admissão, entre outros.

O Tribunal de Contas, nos últimos anos, tem avançado no sentido de ampliar sua transparência e o incentivo à participação da sociedade. No portal do TCE, é possível ver como os gestores públicos estão administrando o Erário, por meio dos links Obras Web, Licitações Web e RH Web.

Fonte: ASCOM
Publicado Por: Fábio Carvalho



TCE-PI comemora 116 anos e presidente rebate Marcha dos Prefeitos

“Quem usa o setor público para prática de desvio de recursos vai sempre correr um grande risco. Cargo não é um negócio”

Repórter: Redação O Olho Publicado por: Allisson Paixão
28/08/2015 12h55 - Atualizado em 28/08/2015 15h44



Luciano Nunes, presidente do TCE-PI (Foto: O Olho)

Durante de comemoração de 116 anos do Tribunal de Contas do Estado, na manhã desta sexta-feira (28/08), o presidente do TCE-PI, conselheiro Luciano Nunes Santos, fez um alerta a todos os gestores da administração pública piauiense.

“Quem usa o setor público para prática de desvio de recursos vai sempre correr um grande risco. Cargo não é um negócio. É uma missão. Se ele quer ganhar dinheiro, que vá ser jogador de

futebol, não gestor”, disparou Luciano Nunes, quando questionado sobre a **Marcha dos Prefeitos, realizada nesta quinta-feira em Teresina**, em que vários gestores alegaram dificuldades econômicas.

Os prefeitos, que fizeram protesto pela averida Frei Serafim, chegaram a pedir uma trégua ao TCE-PI no que diz respeito às multas aplicadas a alguns prefeitos que terminam respondendo por ações e irregularidades da gestão passada. “Hoje, 90% dos prefeitos saem de seus mandatos pobres e respondendo processos administrativos. Têm que pagar multas, várias ações judiciais. E acabam optando: ou têm o que comer ou pagam essas multas. Por isso ficam pobres”, disse Luciano Nunes.

Para o presidente do TCE-PI, ter um mandato é hoje um “sacrifício”. Ex-deputado, ele disse que não gostaria de ser eleito prefeito de um município. “Não queria (um mandato de prefeito). Vai ser sempre uma gestão no sacrifício”, ressaltou.

FESTADOS 116 ANOS

A solenidade no Tribunal de Contas contou com a presença de autoridades do judiciário e da política local. Houve a entrega da medalha Colar do Mérito e lançamento da 19ª edição da Revista do TCE.



Aquiles Nairó

Aquiles Nairó

Querem amenizar punição - 29/08/2015 às 08h36

ALEPI e o TCE estão caminhando para reduzir multas dos políticos corruptos

Curtir

Tweet

G+1

Compartilhar

A proposta de se reduzir o valor das multas dos mau gestores ganha corpo na Assembléia Legislativa e no Tribunal de Contas.

O próprio presidente do TCE, Luciano Nunes, declarou que os prefeitos quebrado deixam o cargo, a maioria "está pobre". "A maioria está endividada", disse.

Ora, quem acompanha a publicação das decisões do TCE, sabe que é algo raro um prefeito devolver dinheiro aos cofres públicos. A maioria tem contas aprovadas com ressalvas, apesar das várias irregularidades constatadas pelos auditores e parecer contrário do Ministério Público de Contas. Eles ainda acham pouco. Querem reduzir o valor das multas. Quem vai decidir? Os seus próprios aliados políticos, deputados estaduais.

Publicado Por: Aquiles Nairó



Acordo entre órgãos - 30/08/2015 às 09h10

TCE fornecerá dados de prefeituras para a polícia combater a corrupção

Acordo feito entre órgão vai permitir troca de informações para apuração de denúncias



O convênio entre o Tribunal de Contas do Estado e o Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, tem como objetivo o intercâmbio de interesses para apuração de irregularidades nos órgãos e prefeituras para combater a corrupção. Um termo de convênio foi assinado pelo conselheiro Luciano Nunes, representando o TCE-PI, e o secretário de Segurança, Fábio Abreu. A situação deve ficar mais complicada para os prefeitos e gestores que tentarem praticar algum ilícito.



O termo permite o fornecimento de informações, dados e documentos, constantes nos sistemas, acervos e bancos de dados do Tribunal de Contas do Estado sobre as prestações de contas dos municípios e órgãos estatais, à secretaria de Segurança, e a disponibilização ao TCE-PI, quando possível, das apurações realizadas pela equipe de Fábio Abreu, referentes aos municípios e órgãos do Piauí.

O TCE-PI fornecerá à secretaria de Segurança acesso aos sistemas S1NAPCE/APJ, SAGRES, LICITAÇÕESWEB, OBRAS WEB, CADATROWEB, RHWEB,

DOCUMENTAÇÃO WEB e seus cubos de análise, acesso irrestrito das informações e dados sobre as prestações de contas dos municípios e órgãos estatais. Terão acesso a esses dados os servidores da SSP, lotados especificamente no Núcleo de Inteligência e no Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro da Polícia Civil, nos sistemas mencionados, através de senha de habilitação, observando-se para esse fim os cuidados e normas inerentes à segurança de informações.

O TCE-PI se compromete ainda a fornecer, regularmente, as atualizações dos sistemas previstos na cláusula segunda, e as apurações especiais quando necessárias. "Em virtude do fornecimento de informações, dados e documentos previstos neste Convênio, não se implicará ônus financeiro para qualquer dos convenientes, tampouco envolverá transferência de recursos entre os mesmos, os quais se responsabilizarão por todos e quaisquer custos referentes ao acesso às informações que lhe sejam fornecidas pelo outro conveniente", diz o convênio.



Convênio que entre si celebram o Tribunal de Contas do Estado e o Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando intercâmbio de interesses recíprocos.

O **Tribunal de Contas do Estado**, CNPJ nº 05.818.935/0001-01, doravante denominado **TCE/PI**, neste ato representado pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Conselheiro Luciano Nunes Santos, portador da Carteira de Identidade nº 70.629(SSP/PI) e do CPF nº 018.286.303-49, e o **Estado do Piauí**, por intermédio da **Secretaria de Estado da Segurança Pública**, CNPJ nº 06.553.549/0001-90, doravante denominada **SSP/PI**, neste ato representada pelo Secretário de Segurança Pública, Fábio Abreu Costa, portador da Carteira de Identidade nº 1.216.714 e CPF nº 481.405.973-68, tendo em vista a necessidade de fortalecimento, ampliação e aprimoramento de compromisso e articulação voltados para o combate à corrupção no Estado do Piauí; a instituição da Rede de Controles da Gestão Pública por meio de Protocolo de Intenções firmado em 25 de março de 2009, em Brasília-DF; o Acordo de Cooperação Técnica assinado em Teresina-PI, na data de 28/08/2009, e a importância de realçar, de modo expresso, público e irrestrito no Estado do Piauí, o intercâmbio de informações e o compartilhamento de dados e documentos de interesses recíprocos; resolvem celebrar o presente Termo de Convênio que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este convênio tem por objeto o fornecimento de informações, dados e documentos, constantes nos sistemas, acervos e bancos de dados do Tribunal de Contas do Estado sobre as prestações de contas dos municípios e órgãos estatais, à SSP/PI, e a disponibilização ao TCE/PI, quando possível, das apurações realizadas pela SSP/PI referentes aos municípios e órgãos do Estado do Piauí.

CLÁUSULA SEGUNDA – O TCE/PI fornecerá à SSP/PI, mediante acesso *on line* aos sistemas SINAPCE/API, SAGRES, LICITAÇÕESWEB, OBRASWEB, CADATROWEB, RHWEB, DOCUMENTAÇÃOWEB e seus cubos de análise, acesso irrestrito das informações e dados sobre as prestações de contas dos municípios e órgãos estatais do Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O acesso de que trata esta cláusula será implementado mediante o credenciamento de servidores da SSP/PI, lotados especificamente no Núcleo de Inteligência da SSP/PI e no Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro – LAB-LD da Polícia Civil, nos sistemas mencionados, através de senha de habilitação, observando-se para esse fim os cuidados e normas inerentes à segurança de informações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No âmbito da SSP/PI as condições e tecnologias para o acesso de que trata esta cláusula será de responsabilidade do Setor de Tecnologia da Informação do LAB-LD.

CLÁUSULA TERCEIRA – As informações, dados e documentos gerados pelos sistemas mencionados na cláusula segunda, excepcionalmente, poderão também ser fornecidos à SSP/PI em meio magnético ou eletrônico, inclusive com apurações especiais feitas pelos técnicos do TCE/PI na própria base dos dados.

CLÁUSULA QUARTA – Toda e qualquer apuração especial somente poderá ser feita mediante solicitação da SSP/PI dirigida ao Presidente do TCE/PI, com a expressão RESERVADO, que autorizará seu fornecimento mediante sigilo.

CLÁUSULA QUINTA – A SSP/PI se compromete a:

- I – fornecer as informações que forem possíveis sobre as apurações realizadas em municípios e órgãos do Estado;
- II – fornecer a relação das empresas que figuraram de forma irregular como fornecedores de municípios e órgãos do Estado;
- III – Atender, no possível, as demandas feitas diretamente pelos responsáveis, no âmbito do TCE/PI, pela fiscalização da administração municipal, estadual, tecnologia da informação e de obras e serviços públicos;
- IV – Divulgar, quando oportuno, que as informações, dados e documentos disponibilizados pelo TCE/PI foram significativos para as apurações realizadas pela SSP/PI.

CLÁUSULA SEXTA – O TCE/PI se compromete a fornecer, regularmente, as atualizações dos sistemas previstos na cláusula segunda, e as apurações especiais quando necessárias.

CLÁUSULA SÉTIMA – Em virtude do fornecimento de informações, dados e documentos previstos neste Convênio, não se implicará ônus financeiro para qualquer dos convenentes, tampouco envolverá transferência de recursos entre os mesmos, os quais se responsabilizarão por todos e quaisquer custos referentes ao acesso às informações que lhe sejam fornecidas pelo outro convenente.

CLÁUSULA OITAVA – Os convenentes se comprometem a utilizar as informações, dados e documentos que lhes forem fornecidos, em decorrência deste convênio, somente nas atividades que, em virtude de lei, compete-lhes exercer, não podendo transferi-los a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, ou de qualquer forma, divulgá-los, sob pena de extinção imediata deste convênio.

CLÁUSULA NONA – O presente convênio terá vigência a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí, por prazo indeterminado, e poderá ser alterado por consenso e formalizado em termo aditivo, ou denunciado por qualquer dos convenentes, mediante comunicação escrita, reputando-se extinto trinta dias após o recebimento da comunicação de qualquer dos convenentes, sem que disso resulte ao convenente denunciado o direito de reclamação ou indenização pecuniária.

CLÁUSULA DÉCIMA – A SSP/PI providenciará a publicação deste convênio, na forma de extrato, no prazo de trinta dias, no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – As eventuais dúvidas e controvérsias deste convênio, que não puderem ser dirimidas de comum acordo pelos convenentes, serão submetidas ao Juízo da Justiça Comum do Estado do Piauí.

E, por estarem de acordo os convenentes, foi lavrado o presente Termo de Convênio, em duas vias de igual teor e forma, assinados pelos respectivos representantes, destinadas para cada convenente.

Teresina (PI), 26 de agosto de 2015.




FÁBIO ABREU COSTA
Secretário de Segurança Pública




CONSELHEIRO LUCIANO NUNES SANTOS
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

Testemunhas:





NOME: Rodolfo
01016623624



NOME: Jacyra
351093513-68



Entrevista à imprensa - 30/08/2015 às 17h04

TCE: Presidente admite que convênio pode agilizar prisões

LUCIANO NUNES quer o tribunal cada vez mais nos municípios, junto ao MP-PI e à Polícia



O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Luciano Nunes, admitiu que o **convênio de cooperação** assinado entre o tribunal e a secretaria de Segurança Pública poderá agilizar até mesmo a efetuação de prisões de gestores corruptos no estado. Isso porque, segundo o presidente, as informações fluirão de forma mais ágil ajudando a desburocratizar o processo.

“Não gosto de usar ladrão, mas é fato que existe muito gestor que desvia dinheiro público, corrupto”, disse o

presidente. Questionado sobre a parceria assinada com o secretário Fábio Abreu, Luciano Nunes admitiu que ela poderá agilizar prisões. “Quando a informação flui, quando é maior a velocidade da troca de informações, é também maior a velocidade do processo. Em convênios como estes há uma confluência de informações, desburocratizando o processo e fazendo os órgãos ganharem tempo”, afirmou.

Aos jornalistas, o presidente disse que o espaço da corrupção está diminuindo no Brasil. “Temos os meios de comunicação, a integração dos órgãos que está patente e muito célere”, afirma.



Ato de assinatura de parceria entre o TCE e a Secretaria de Segurança para combater os ratos do erário.

Luciano Nunes lembra que em alguns países a corrupção “toma o espaço da cidadania, e o cidadão, para sobreviver, tem de pular para a corrupção”. “Nos países mais desenvolvidos não é assim, o que acontece é que se reduz a corrupção e aumenta o espaço da cidadania”, completa.

MELHORIAS NO TRIBUNAL

O presidente da Corte de Contas reconhece que o trabalho do TCE tem muito a melhorar. “Precisamos de concomitância, os julgamentos tem de ser mais ágeis e atuais e para isso, precisamos de meios. O tribunal é pequeno, tem estrutura física boa, mas veja só, o Paraná [Tribunal] recebe em dois meses o que recebemos em um ano. Nós temos hoje o menor custo per-capta do país”, afirma.

A meta de Luciano Nunes é fazer com que o tribunal esteja cada vez mais presente nos municípios, isso em parceria com o Ministério Público, além da Polícia Civil. A ideia, segundo o presidente, é que em cada comarca haja um estagiário treinado para prestar, de forma mais ágil, informações para o tribunal.



DEMORA NOS JULGAMENTOS

O tema foi puxado pelos jornalistas ao questionarem sobre a [proposta que vem sendo debatida na Assembleia Legislativa](#) para reduzir o valor das multas cobradas pelo tribunal aos gestores. “Eu dividiria a culpa. Como as contas às vezes demoram a serem julgadas, quando o prefeito é julgado, e acaba multado, ele já saiu do mandato. Via de regra, 90% dos prefeitos que terminam a gestão municipal estão liquidados, mortos, respondendo processos, pobres. Quando chega uma multa ele faz opção entre pagar e comer”, denota o presidente.

MOMENTO DE CRISE

Para Luciano Nunes, quando o governo opta por “criar bondades para amenizar a crise do emprego”, isso reflete diretamente na gestão das prefeituras. “As vendas caem, os impostos recolhidos caem, os repasses federais caem e consequentemente, nas prefeituras pobres como as do Piauí, isso se reflete. Se acha que a maneira de combater a corrupção é tabelando as coisas com índices, que são estabelecidos de cima para baixo, e não calculados diante da necessidade de cada município. Daí, o prefeito pode não ter necessidade de obedecer um índice, mas é obrigado a obedecer”, pondera.